

**Apresentação Pública do Manifesto
“Combater os estrangulamentos do Comércio
e do Negócio Electrónicos em Portugal”**

**Manifesto identifica lacunas e propõe alternativas
para massificar comércio electrónico em Portugal**

Lisboa, 20 de Janeiro de 2006 – Apesar do crescimento do número de utilizadores de Internet em Portugal e de outros indicadores igualmente importantes no contexto da Sociedade da Informação, o comércio electrónico em Portugal goza ainda de um sucesso precário, uma situação analisada no Manifesto "Combater os estrangulamentos do Comércio e Negócio Electrónicos em Portugal". Este documento foi produzido por um grupo de trabalho da Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, coordenado por Luís Cabrita, reunindo contributos de vários especialistas na identificação de barreiras e na sugestão de algumas medidas que se consideram importantes para incentivar o sector.

"Acompanhamos esta área desde 1998, altura em que apresentámos uma proposta de legislação onde já se mencionavam aspectos como a assinatura electrónica e a factura digital. Passaram-se mais de sete anos e, apesar da legislação entretanto aprovada, há ainda vertentes que não estão devidamente asseguradas para que o comércio electrónico seja uma realidade entre nós, como por exemplo as relativas à entidade certificadora das empresas que emitem as assinaturas digitais", referiu José Dias Coelho, presidente da APDSI, fazendo a introdução ao tema. "Com o passar do tempo, perdemos uma oportunidade de liderança competitiva neste domínio, onde podíamos estar a exportar *know-how* e a prestar internacionalmente serviços", acrescentou.

Para o responsável da APDSI o diagnóstico é bastante claro. "O comércio electrónico dará o 'salto final' no dia em que as compras públicas passem a ser feitas por via electrónica, não em termos de testes, mas em termos reais", afirmou José Dias Coelho. Neste sentido, Manuel Ricou, da UMIC, assegurou, mais uma vez, o compromisso da entidade que representa relativamente a esta área, falando da intenção "muito forte" de simplificar "ou pelo menos ajustar" o enquadramento legal às necessidades das compras públicas electrónicas e do "desafio" que será a introdução da factura electrónica na AP até ao final deste ano.

Sem pôr em causa o papel do Estado na disseminação do comércio electrónico, Luís Cabrita não considera que a efectivação das compras públicas seja o "empurrão final" em falta para o arranque do sector em Portugal. Na opinião do coordenador do grupo de

trabalho, o papel atribuído ao Estado será mais o de "dinamizador" do comércio electrónico, mas actuando também como "exemplo a seguir". "O Estado como utilizador e dinamizador provoca e promove como consequência a utilização por parte dos cidadãos e das empresas", pode ler-se no Manifesto. Deve "obrigar-se" por isso a uma maior celeridade na transposição das directivas comunitárias, legislando atempadamente "para evitar erros, precipitações e desadequação do reaproveitamento de leis existentes", acrescenta-se.

A falta de informação e formação e a confiança são, segundo o documento produzido, os principais entraves à massificação do comércio electrónico em Portugal. "Hoje em dia ainda temos empresas que acreditam que ao utilizarem determinadas tecnologias estão a 'financiar' os seus parceiros, desconsiderando as suas próprias mais-valias". A divulgação e a sensibilização surgem, por isso, como requisitos essenciais para o estabelecimento de uma atmosfera de confiança.

A simplificação da navegação, uma melhor adequação dos meios de pagamento, a adequação dos produtos comercializados ao processo de transacção electrónica e a aposta em produtos "raros", uma melhor relação custo/benefício, a disponibilização de acessos em lugares públicos e a criação de uma DECO electrónica são algumas das sugestões deixadas no Manifesto no que diz respeito à vertente B2C do comércio electrónico.

Relativamente ao B2B, o grupo de trabalho da APDSI aponta a importância das associações empresariais, neste contexto, assim como o conceito da "Cooperativa Electrónica" como meio agregador de venda e aglomerador de compra. Salaria ainda a importância das empresas portuguesas aumentarem o actual grau de confiança nos processos electrónicos e percepcionarem as vantagens inerentes aos mesmos, optimizando e especializando a sua oferta de produtos direccionada ao meio.

Deverão igualmente dedicar algum tempo a pensar em modelos de negócio verdadeiramente adequados à Internet, considera o grupo de trabalho. "Como consequência, estamos convencidos que rapidamente, através da integração da cadeia de valor, da optimização de processos e da profissionalização da oferta, as empresas portuguesas irão aumentar a sua produtividade, competir de forma mais equitativa e criar oportunidades de exportação, característica nativa e inerente ao comércio electrónico", garante-se no Manifesto.

"Em suma, é fundamental criarmos o trilho que nos levará da Sociedade da Informação à Sociedade do Conhecimento, porque a informação em si não vale nada", concluiu Luís Cabrita.



Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde e Educação Electrónicas. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa.

Para mais informações contacte:

APDSI

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Madan Parque – PCTAS, Edifício VI
Campus da Caparica, Monte de Caparica
2829-516 Caparica - Portugal
Tel.: +351 212 949 606
Fax: +351 212 949 607
E-mail: secretariado@apdsi.pt
URL: <http://www.apdsi.pt>